



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA
06 DE OUTURO DE 2015

N.º 20/2015

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.ª
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

ANTES DA ORDEM DO DIA

Pág.

- 1 – Suspensão do Mandato de Vereador na Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião – Aníbal Pinto Prior 3

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1 – Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 25 de setembro de 2015... 4
2 – Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações Municipais e Iluminação Pública – 2016..... 8

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

- 3 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal 8
4 – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência..... 9
5 – Bolsas de Estudo – Ano Letivo 2015/2016..... 9

Serviços de Tesouraria

- 6 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 11 de setembro a 01 de outubro de 2015..... 10

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

- 7 – Delegação de Competências - Informação do Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes..... 11

DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Serviços de Ação Social


- 8 – Fábrica da Igreja de Sever – Capela de Banduge – Pedido de Participação Financeira..... 12



ANTES DA ORDEM DO DIA

**Suspensão do Mandato de Vereador na Câmara Municipal de
Santa Marta de Penaguião – Aníbal Pinto Prior**

----- 1 – Presente à reunião um requerimento do Senhor Vereador Aníbal Pinto Prior, com o seguinte teor: -----
----- “Aníbal Pinto Prior, Vereador eleito pelo PPD/PSD, nos termos das disposições legais aplicáveis, por motivos de ordem pessoal, vem solicitar a SUSPENSÃO do respetivo mandato, pelo período de 300 dias a contar da presente data. -----
----- Atento o exposto, deverá a sua vaga ser preenchida pela Ex.ª Sr.ª Professora Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia. -----
----- Data: Santa Marta de Penaguião 28 de setembro de 2015. -----
----- Pede a V. Ex.ª deferimento. -----
----- Assinatura: Aníbal Pinto Prior.” -----
----- Após apreciação do pedido supra referido, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, autorizar o pedido de suspensão em causa, nos termos solicitados. -----
----- Assim, considerando o disposto nos n.ºs 6 e 7, do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro na redação dada Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e estando presente o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista dos candidatos para a Câmara Municipal, apresentada pelo PPD/PSD – Partido Social Democrata, Senhora Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia, após verificada a respetiva identidade e legitimidade, operou-se de imediato a substituição, passando a mesma, naquela qualidade, a participar na presente reunião. -----



ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia
25 de setembro de 2015**

----- 1 – Presente à reunião as deliberações da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 25 de setembro de 2015: -----

----- “PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

----- Ponto 1.1 – Ata da sessão ordinária realizada no dia 26 de junho de 2015. -----

----- Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

----- PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----

----- Ponto 2.1 – Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Deliberação: Tomado conhecimento. -----

----- Ponto 2.2 - Deliberar sobre a Desafetação de uma Parcela do Domínio Público para o Domínio Privado do Município, destinada à criação de uma “Bolsa de Solos” a afetar à construção (alínea q), n.º1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.3 - Deliberar sobre a Aprovação da Assunção de Compromissos Plurianuais do Contrato n.º A1402: “Prestação de Serviços de Gestão dos Resíduos Urbanos e Higiene Urbana dos Concelhos do Vale do Douro-Norte – Lote 2/Cessação da Posição Contratual” (alínea b), n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação e alínea c), artigo 6.º da Lei 8-A/2012, de 21 de fevereiro). -----

----- Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.4 – Deliberar sobre a Renovação da Autorização de Abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado, para Preenchimento de Quatro Postos de Trabalho na Categoria/Carreira de Assistente Operacional (cantoneiros de limpeza/vias municipais e condutor de máquinas pesadas e veículos especiais) (n.ºs 2 e 3 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro). -----

----- Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 20 de 06 de outubro de 2015



----- Ponto 2.5 – Deliberar sobre a fixação de Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar no ano económico de 2016 (n.º 5 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, em conjugação com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro). -----

----- Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.6 – Deliberar sobre a Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a vigorar no ano de 2016 (n.º 13 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, em conjugação com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro). -----

----- Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.7 – Deliberar sobre a Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia e respetivos contratos interadministrativos no âmbito dos transportes escolares (alínea k), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

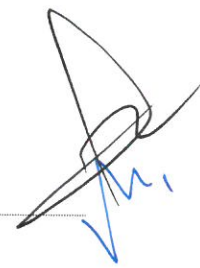
----- Ponto 2.8 – Deliberar sobre formas de apoios pontuais à União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, bem como aprovar a minuta do contrato a celebrar (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.9 – Deliberar sobre a Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

-----Deliberação: Aprovado, por maioria.”-----

-----**Deliberação: Tomar conhecimento.** -----




**Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações Municipais e
Iluminação Pública – 2016**

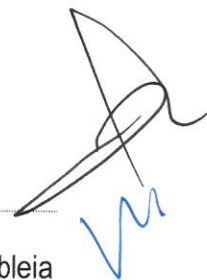
----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que: -----

1. Face à legislação em vigor torna-se necessária a contratação, em mercado liberalizado, do fornecimento de energia eléctrica em Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para as diversas instalações de consumo do Município de Sta. Marta de Penaguião (incluindo as instalações Iluminação Pública), identificadas no Anexo I ao Caderno de Encargos do procedimento aquisitivo que ora se vai propor seja aprovado, pelo prazo de 1 (um) ano; -----
2. Os restantes 18 municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) manifestaram, numa reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade, que a referida necessidade da aquisição de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) lhes era comum e tinham interesse em integrar um procedimento comum; -----
3. Algumas outras entidades do perímetro autárquico manifestaram também o interesse em integrar este procedimento; -----
4. Se afigura possível, e vantajoso, o lançamento de um único concurso com vista à celebração de um único contrato de aquisição de energia, foi elaborada uma minuta de protocolo para a constituição de um agrupamento das vinte e três entidades adjudicantes interessadas, à luz do disposto no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, relevando do protocolo a designação da CIMDOURO – Comunidade Intermunicipal do Douro como representante de tal agrupamento, para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato (minuta de protocolo em anexo); -----
5. A referida minuta de protocolo, foi já aprovada pela CIMDOURO – Comunidade Intermunicipal do Douro, e contém, em anexo, as minutas das peças do procedimento aquisitivo (programa do concurso e caderno de encargos), as quais refletem os termos do protocolo a celebrar; -----

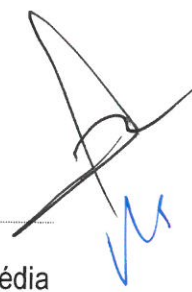


6. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Código dos Contratos Públicos) bem como do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pela (s) entidade (s) adjudicatária (s) com a execução dos contratos a celebrar, se mostrou adequado adotar o procedimento do tipo concurso público, com publicação do anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, tudo em conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea b), artigos 17.º, 18.º e 20.º n.º 1, alínea b), todos do Código dos Contratos Públicos. -----
7. No que ao Município de Sta. Marta de Penaguião diz respeito, o órgão competente para contratar, autorizar a despesa, escolher o procedimento, aprovar os documentos pré-contratuais, aprovar a minuta de contrato, bem como para quaisquer outros atos inerentes ao procedimento aquisitivo em apreço é a **Câmara Municipal**, uma vez que se estima que, tendo em conta os consumos e valores atuais do mercado, com a execução de todas as prestações relativas ao Município de Sta. Marta de Penaguião que constituem o objeto do contrato, o preço contratual a pagar pelo Município **referente às componentes de Energia Ativa do Mercado Liberalizado**, possa ser na ordem dos **111.009,91 €**, a que acrescerão as parcelas relativas a outras componentes taxadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a concurso, nomeadamente as tarifas relativas às parcelas das Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), tais como as tarifas de potência (incluindo potência contratada e em horas de ponta), de energia activa (incluindo tarifas simples, horas de ponta, cheias, fora de vazio, vazio normal e super vazio) e de energia reactiva fornecida e recebida das instalações em Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, e ainda as taxas de radiodifusão e o imposto especial sobre o consumo de electricidade, acrescendo-se igualmente os respetivos IVAs às taxas legais em vigor. -----
8. O encargo total com o contrato (com todas as componentes referidas no ponto anterior) estima-se em **336.727,83 €**, cujos encargos terão reflexos no próximo ano económico, acautelando-se o montante do contrato a celebrar em sede de elaboração dos documentos previsionais de 2016. -----
9. De acordo com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, em conjugação com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, a



assunção de compromissos plurianuais, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, a qual poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano. ----

10. A Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião deliberou em 28 de Novembro de 2014, aquando da aprovação dos documentos previsionais para 2015, emitir autorização genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, desde que resultem de projectos ou acções constantes do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Actividades Municipal (Actividades Mais Relevantes). -----
 11. Do Plano de Actividades Municipal constam os projectos/acção n.ºs 103/2014 e 104/2014 (Energia Eléctrica – Edifícios e outras instalações municipais e Iluminação Pública) para o ano de 2015 e para os anos de 2016 e 2017, com as dotações no valor de 350.000,00€, para cada um destes últimos, ou seja, de valor superior ao estimado do encargo total com o contrato a celebrar, encontrando-se, assim cumprido o estipulado na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), referida no ponto 9. -----
 12. Do tipo de procedimento em causa decorrem, legalmente previstas, regras que determinam prazos relativamente longos, designadamente, o prazo para efeitos de apresentação de proposta dever ser no mínimo 47 dias, a que acresce o facto do procedimento ser desenvolvido sob a fórmula de agrupamento de entidades adjudicantes e ainda o facto de qualquer procedimento aquisitivo encerrar potenciais vicissitudes suscetíveis de levar ao protelamento da celebração do contrato na data pretendida, se mostra adequado propor à Câmara Municipal autorização para que se proceda à publicitação do concurso público através do respetivo anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, logo após a aprovação desta proposta. -----
- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar: -----
- a. A minuta do protocolo a ser celebrado entre a CIMDOURO – Comunidade Intermunicipal do Douro e os Municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa e Vila Real, a EMARVR - Empresa municipal de águas e resíduos de vila real, E.M., a Vila Real Social Habitação E.M e a Freguesia do Pinhão, que consta em anexo, e que visa o estabelecimento de regras para constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para lançamento de procedimento aquisitivo e



subsequente celebração de contrato (s) em ordem à aquisição de energia elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, para as diversas instalações das entidades subscritoras; -----

- b. A autorização para início e tipo de procedimento que correrá sob a forma de concurso público, com publicitação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, em conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea b), artigos 17.º, 18.º e 20.º, n.º 1, alínea b), todos do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----
- c. Designar a CIMDOURO – Comunidade Intermunicipal do Douro como representante do Agrupamento delegando-lhe as competências necessárias para promover e praticar todos os actos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso, nos termos do previsto nas cláusulas 4ª e 8ª do Protocolo acima referido.” -----

---- **Deliberação: Aprovar por unanimidade, a proposta apresentada.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências - Informação do Presidente
da Câmara Municipal**

---- 3 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

---- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma.” -----

---- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 01 a 29 de setembro de 2015. -----

---- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de
Imóveis – Exercício do Direito de Preferência**

----- 4 – Presente à reunião informação dos Serviços com o seguinte teor: -----

----- “Para os devidos efeitos, junto remeto a V. Ex.^a os atos celebrados nos meses de **agosto de 2015**, pelos diversos Serviços de Notariado, com vista a permitir o exercício de direito de preferência sobre os prédios, nos termos do artigo 55º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

Bolsas de Estudo – Ano Letivo 2015/2016

----- 5 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr.^a Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “De acordo com o definido nos nºs 1 e 2 do artigo 6º do “**Regulamento para atribuição de bolsas de estudo aos alunos que frequentam o ensino superior**”, no que se refere ao valor e ao número de bolsas de estudo a atribuir é fixado anualmente por deliberação da Câmara Municipal. -----

----- Assim, proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido de fixar tanto o valor como o número de bolsas a atribuir para o ano letivo 2015/2016.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, fixar em 50 (cinquenta) o número de bolsas de estudo, no valor de 500,00€ (quinhentos euros), cada, para o ano letivo 2015/2016.** -----

Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa de 11 de setembro a 01 de outubro de 2015,

----- 6 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 11 de setembro a 01 de outubro de 2015, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	01/10/2015
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		629 543,26	Despesas Orçamentais (*)		7 584 118,32
Execução orçamental	603 477,80		Correntes	3 757 585,29	
Operações de tesouraria	26 065,46		Capital	3 826 533,03	
			(*) Compromissos	9 605 619,69	
Receitas Orçamentais		7 410 243,51	Operações de tesouraria		434 187,66
Correntes	4 566 705,32		Saldo para o dia seguinte:		455 285,40
Capital	2 843 538,19		Execução orçamental	429 602,99	
Operações de tesouraria		433 804,61	Operações de tesouraria	25 682,41	
Total		8 473 591,38	Total		8 473 591,38

----- Deliberação: Tomar conhecimento. -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Delegação de Competências - Informação do Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes

----- 7 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34. do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de setembro que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Serviços de Ação Social

Fábrica da Igreja de Sever – Capela de Banduge – Pedido de Comparticipação Financeira

----- 8 – Presente à reunião ofício da Fábrica da Igreja de Sever, registado sob o n.º 2207, de 22 de setembro do corrente ano, dando conhecimento da necessidade de intervenção na Capela de Banduge, nomeadamente ao nível da substituição do telhado, pintura do interior e exterior da capela, devidos a infiltrações existentes. -----

----- Dado que o custo da referida intervenção é de 4.600,00€ (quatro mil e seiscentos euros), solicitam à Câmara Municipal uma participação financeira para minimizar das despesas. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma participação financeira no valor de 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros).** -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 20 de 06 de outubro de 2015

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram : horas. -----

O Chefe de Divisão



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)